

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
705.862 SÃO PAULO**

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S)	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO
ADV.(A/S)	: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO E OUTRO(S)
EMBDO.(A/S)	: VALDELICE ALCANTARA GUIMARAES
ADV.(A/S)	: OMAR ALAEDIN E OUTRO(S)

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. PREQUESTIONAMENTO. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. INEXISTÊNCIA. INAPLICABILIDADE DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 323 DO RISTF. PRECEDENTES. OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO INOCORRENTES. CARÁTER INFRINGENTE.

Inexistente descompasso lógico entre os fundamentos adotados e a conclusão do julgado, a afastar a tese veiculada nos embargos declaratórios de que contraditório e obscuro o *decisum*.

Não se prestam os embargos de declaração, não obstante sua vocação democrática e a finalidade precípua de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, para o reexame das questões de fato e de direito já apreciadas no acórdão embargado.

Ausentes obscuridade e contradição justificadoras da oposição de embargos declaratórios, nos termos do art. 535 do CPC, a evidenciar o caráter meramente infringente da insurgência.

Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência da

ARE 705862 AGR-ED / SP

Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministra Rosa Weber
Relatora

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
705.862 SÃO PAULO**

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S)	: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO
ADV.(A/S)	: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO E OUTRO(S)
EMBDO.(A/S)	: VALDELICE ALCANTARA GUIMARAES
ADV.(A/S)	: OMAR ALAEDIN E OUTRO(S)

R E L A T Ó R I O

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Contra o acórdão pelo qual esta 1ª Turma negou provimento ao agravo regimental (doc. 12), opõe embargos de declaração HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo (doc. 15). Com amparo no art. 535 do CPC, reputa obscuro e contraditório o julgado.

Alega, em suma, que a causa versa sobre expurgos inflacionários, logo, deveria ocorrer a suspensão deste processo até o julgamento final da controvérsia pelo STF, nos moldes da decisão exarada no AI 754.745-RG.

Repisa que houve prequestionamento da matéria.

Pugna pela concessão de efeito modificativo.

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
705.862 SÃO PAULO**

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Satisfeitos os pressupostos extrínsecos, passo à análise do mérito dos embargos de declaração.

Este Colegiado assentou a **ausência de prequestionamento e de impugnação específica da matéria** em acórdão assim ementado:

“DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SUPOSTA AFRONTA AO ART. 5º, XXXV, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. AS RAZÕES DO AGRAVO NÃO SÃO APTAS A INFIRMAR OS FUNDAMENTOS QUE LASTREARAM A DECISÃO AGRAVADA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 20.9.2010. A matéria constitucional versada no recurso extraordinário não foi analisada pelas instâncias ordinárias, tampouco ventilada em embargos de declaração. “É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada” (Súmula 282/STF). “O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento” (Súmula 356/STF). Agravo regimental conhecido e não provido.” (doc. 12)

Não há vícios a sanar.

A oposição dos embargos declaratórios deve observar o previsto no art. 535 do CPC, sendo que a manifestação do julgado contrária ao pleito da parte não se traduz na pecha da obscuridade ou contradição.

No acórdão embargado, **ressaltou-se claramente que o *decisum* regional não conheceu da apelação por falta de impugnação específica da matéria, ao passo que o recorrente insurgiu-se apenas contra a tese**

ARE 705862 AGR-ED / SP

de fundo, a qual, por sua vez, é idêntica àquela do RE 626.307-RG/SP. **Destacada**, ademais, a **ausência de prequestionamento** da matéria. Nesse sentir, transcrevo o seguinte trecho (doc. 12, fls. 6-9):

“(...) As razões do recurso não cuidam de infirmar o fundamento principal da decisão agravada – ausência de prequestionamento.

Oportuna a transcrição do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“CADERNETA DE POUPANÇA – COBRANÇA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA – Recurso que não impugna especificamente a r. Sentença – Reiteração dos termos da contestação – Violação ao artigo 514, II e III do CPC. Recurso não conhecido” (doc. 02, fl. 71).

Emerge do acórdão que ensejou o manejo do recurso extraordinário que **o Tribunal paulista se limitou ao exame da matéria à luz de norma infraconstitucional – Código de Processo Civil. Constatado que mesmo que a matéria inicialmente tratada nos autos fosse idêntica a do RE 626.307-RG/SP, verifico que o acórdão regional não conheceu da apelação por falta de impugnação específica, o que impossibilitaria a aplicação da repercussão geral quanto à questão de fundo.** Assim, não assiste razão ao agravante quanto ao pedido de sobrestamento do recurso. Cito precedentes: [...]”.

Da leitura dos fundamentos da decisão embargada, constato não se ressentir o julgado do vício da omissão que lhe foi imputado, devidamente explicitadas as razões de decidir e enfrentadas as questões necessárias e suficientes ao deslinde da controvérsia, consabido não se encontrar o magistrado, na esteira do entendimento jurisprudencial pacificado por esta Excelsa Corte, obrigado a responder a todos os argumentos veiculados pelos litigantes. Precedentes: AR 2393 AgR, Tribunal Pleno, Relator Min. Ricardo Lewandowski, Dje 23.3.2015; Rcl 5783 ED-ED, 1ª Turma, Relator Min. Luiz Fux, DJe 29.10.2014; AR 2397

ARE 705862 AGR-ED / SP

AgR, Tribunal Pleno, Relator Min. Ricardo Lewandowski, DJe 21.8.2014; Pet 4071 AgR-ED, Tribunal Pleno, Relator Min. Eros Grau, DJe 21.8.2009; e RE 465739 AgR-ED, 1ª Turma, Relator Min. Carlos Britto, DJ 24.11.2006.

Registro, à demasia, a absoluta harmonia entre o acórdão embargado e a jurisprudência firmada por este Tribunal a respeito da matéria em comento, no sentido de que **a imposição da sistemática da repercussão geral pressupõe que o recurso satisfaça todos os requisitos processuais de admissibilidade**. Inteligência do art. 323 do RISTF. Por conseguinte, se inviável o recurso por ausência de seus pressupostos, não se lhe aplica essa sistemática, na linha dos precedentes a seguir, *inter plures*: RE 597165 AgR, 2ª Turma, Relator Min. CELSO DE MELLO, DJe 09-12-2014, ARE 716775 AgR, 1ª Turma, Relator Min. LUIZ FUX, DJe 14-08-2013.

Verifico, noutro turno, **ausente qualquer descompasso lógico entre os fundamentos adotados e a conclusão do julgado**, a afastar a tese veiculada nos embargos declaratórios de que contraditório ou obscuro o *decisum*. Além disso, a contradição hábil a viabilizar o manejo dos embargos de declaração deve ser interna ao julgado, entre as razões de decidir e o decidido, o que não se vislumbra na espécie.

Enfim, **não se prestam os embargos** de declaração, em qualquer hipótese, não obstante a vocação democrática que ostentam e presente sua finalidade precípua de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, **para o reexame das questões de fato e de direito já apreciadas**.

Não configuradas, portanto, quaisquer das hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, evidenciando-se tão somente o inconformismo da parte com a decisão que lhe foi desfavorável.

Rejeito os embargos declaratórios.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 705.862

PROCED. : SÃO PAULO

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

EMBTE.(S) : HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO

ADV.(A/S) : ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO E OUTRO(S)

EMBDO.(A/S) : VALDELICE ALCANTARA GUIMARAES

ADV.(A/S) : OMAR ALAEDIN E OUTRO(S)

Decisão: A Turma rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Afirmou suspeição o Senhor Ministro Edson Fachin. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma